

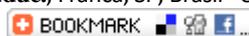
RESENHA

FERREIRA, Valdivina Alves (org.). **Políticas e avaliação da pós-graduação *stricto sensu***: da inserção social local à internacionalização. Brasília, DF: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2018. 171 p. ISBN: 978-85-62258-26-8.

Helena Rodrigues de Oliveira Marques Ferreira*
herol13@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/6797873904412238>



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 -
está licenciada sob [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)



A obra em apreço propõe-se a debater o processo avaliativo realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a internacionalização e a mercantilização do ensino pós-graduado no Brasil, incluindo a contribuição de dois estudos em que são tecidas considerações em relação ao que ocorre no Canadá e em Portugal. As discussões sucedem-se ao longo de sete capítulos, nos quais doutorandos e docentes de diferentes programas de pós-graduação nacionais e internacionais debatem aspectos incidentes sobre a pós-graduação *stricto sensu* conforme a temática geral indicada. É possível distribuir os capítulos em três blocos, quais sejam: internacionalização (capítulos um e seis); expansão e financiamento da pós-graduação (capítulos dois, três e quatro); e análise e revisão da avaliação da pós-graduação (capítulos cinco e sete).

O primeiro bloco inicia-se pelo capítulo intitulado “A Política de Internacionalização da Pós-Graduação *stricto sensu*: breves considerações sobre a atual política da Capes”, dos professores João dos Reis Silva Junior (UFSCar) e Fabíola Bouth Grello Kato (UFPA)¹, concentra-se na análise do V Plano Nacional da Pós-Graduação (PNPG 2011-2020), no relatório da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG 2011-2020, no relatório da Diretoria de Relações Exteriores da Capes – “A internacionalização da Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília. Graduada em Letras-Português e Mestre em Literatura Brasileira pela Universidade de Brasília.

¹ Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

Capes” (2017) – e no Edital Capes nº 41, de 2017 referente ao Programa Institucional de Internacionalização – Capes/PrInt.

Silva Junior e Kato propõem como hipótese que tais documentos e ações levam a crer que ocorre uma indução a parcerias público-privadas, atraindo estudantes e pesquisadores para atividades e missões no país, com a mitigação paulatina da autonomia universitária como prevista no atual regramento nacional, conduzindo ao conhecimento como matéria prima e, portanto, de interesse mercadológico.

O outro capítulo deste bloco, “Internacionalização da Pós-Graduação em Educação: o caso do PPGE/UFMG”, elaborado pelas professoras Maria de Fátima Cardoso Gomes e Isabel de Oliveira e Silva, ambas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), retoma o relatório da Diretoria de Relações Internacionais da Capes e o Capes/PrInt², trabalhados no capítulo um, analisando a internacionalização no âmbito da pós-graduação.

Para elas, a internacionalização adquire sentido quando contribui “[...] para fazer cumprir as finalidades do ensino, da pesquisa, da produção e difusão de conhecimentos que [...] devem estar a serviço das coletividades nacionais e supranacionais.” (p. 133), conquanto tal concepção não seja tão pacífica quando se pensa que as discussões sobre o tema em geral aliam-se ao processo de avaliação dos cursos, o qual enfatiza o sentido de concorrência e prestígio destes.

Após essas considerações, descrevem como são desenvolvidas as ações no eixo Sul-Sul – com países da África e da América Latina –, com ganhos para todos os envolvidos e no qual predomina o protagonismo do programa na formação de docentes, nucleação e solidariedade com outras instituições e países.

Quanto ao eixo Norte-Sul, as autoras ressaltam que, embora seja uma relação passiva, a relação com os Estados Unidos e países da Europa permitem a realização de pós-doutorados e doutorados-sanduiche nos exterior, além de fluxo regular de professores visitantes no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE).

É interessante observar a postura deste programa diante da internacionalização. Não obstante as potenciais ameaças que esse processo possa apresentar junto à natureza da pós-graduação, submetendo-a aos ditames mercadológicos em marcha desde os anos de 1990 no Brasil, em conformidade com a análise realizada no primeiro capítulo, as

² Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Programa Institucional de Internacionalização (Capes/PrInt).

pesquisadoras da UFMG demonstram que é possível operar o processo de forma favorável aos programas, trabalhando em frentes distintas das tradicionalmente visadas, quais sejam, as do eixo Norte-Sul, e ampliando as opções de docentes e discentes por meio da atuação junto a países periféricos da economia mundial, permitindo trocas, protagonismo e fortalecimento das relações, principalmente no tocante aos países da América Latina.

No segundo bloco, o capítulo “Interfaces entre PNPG e o PNE na política de expansão e financiamento da pós-graduação no Brasil”, escrito por Luciana Rodrigues Ferreira (Unama)³ e Vera Lúcia Jacob Chaves (UFPA), analisa o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) e o PNPG 2011-2020 no que se refere ao processo de expansão e financiamento da pós-graduação, operado por agências de fomento, especialmente a Capes, conforme já mencionado, uma vez que as metas e planejamentos descritos nesses documentos precisam contar com financiamento para sustentá-los.

As autoras constatarem que, atendendo aos esforços de expansão da pós-graduação, no período de 2004 a 2014 houve significativo aumento do número de doutores, de docentes envolvidos neste nível de ensino e de concessão de bolsas. Entretanto, a partir do ano de 2010 começaram a ocorrer reduções dos aportes de recursos tanto para a Capes quanto para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Como este órgão sempre teve volume menor de recursos, a diminuição de repasses possui impacto maior. Então, com o corte de recursos, o atendimento da expansão e do financiamento solicitado pelas metas dos planos nacionais fica inviabilizado.

Em seguida, no capítulo de autoria de Maria Luísa Machado Cerdeira e Belmiro Gil Cabrito, ambos da Universidade de Lisboa, trata-se da “Pós-Graduação e o sistema científico em Portugal depois de Bolonha: uma expansão ainda insuficiente”.

Os pesquisadores traçam breve quadro evolutivo das mudanças no sistema educacional português desde 1974 até 2017. Na educação superior, percebe-se inicialmente aumento de vagas em universidades existentes, todas públicas, até ao ponto de a demanda superar a oferta, abrindo caminho para a iniciativa privada. Na década de 1990, passou-se a cobrar taxas em universidades públicas, além de sobrevir diminuição do repasse de recursos públicos, resultando na privatização do ensino público.

³ Universidade da Amazônia (Unama).

Além desse movimento, com o surgimento da União Europeia, foi necessário uniformizar os sistemas educacionais dos países envolvidos. Diante dos modelos existentes, optou-se pelo que concedesse certificação equivalente em menor tempo. Essa foi, em síntese, a constituição da Declaração de Bolonha para a formação do Espaço Europeu de Ensino Superior.

Diante do novo modelo de estudos, houve aumento do número de mestres e doutores e de publicações indexadas, alavancando o sistema de produção de conhecimento científico português no quadro europeu e afinando o país a outros considerados mais desenvolvidos. Entretanto, para manter esse perfil, como visto no capítulo anterior, é necessário ampliar o fomento nas instituições de ensino, fortalecendo a mercantilização da educação.

Encerrando o bloco da temática de expansão e fomento, Isabela Cristina Marins Braga (UCB), Lynette Shultz e Ranilce Guimarães-Iosif (UofA, Canadá)⁴ discorrem sobre a “Pós-graduação e a formação de doutores em educação no Brasil e no Canadá”.

As autoras utilizaram a análise comparativa⁵ a partir da análise documental para discutir semelhanças e disparidades entre os critérios de avaliação da pós-graduação nos dois países. No Brasil, essa atividade é conduzida pela Capes, conforme citado; o material analisado foram as fichas de avaliação, documentos de área e relatório da avaliação aplicados ao quadriênio 2013 – 2016, além do PNPG 2011-2020, disponíveis no sítio daquele órgão. No Canadá, observaram a Lei de Aprendizagem da Educação Superior, o Manual de Referência para os Comitês de Avaliação do Corpo Docente e, especificamente, o Manual do Programa de Pós-graduação da Universidade de Alberta (UofA), tendo em vista que nesse país o sistema neste nível de ensino é singular em cada província, levando as autoras a optar por restringir o estudo a esta instituição.

As diferenças entre os dois sistemas ocorrem, basicamente, devido à forma de conduzir a avaliação: como já comentado, a Capes representa o Estado e, portanto, assume caráter centralizador do processo de avaliação, com inclinação regulatória, a despeito de contar com a participação de pares; no Canadá, por sua vez, o Estado não deixa de estar presente no processo, porém há maior autonomia da instituição por meio

⁴ Universidade Católica de Brasília (UCB) e *University of Alberta* (UofA).

⁵ Embora as autoras utilizem a expressão “análise comparativa”, registra-se que alguns pesquisadores adotam a distinção entre abordagem teórico-metodológica **comparada** e o método **comparativo**. (WELLER, 2017).

de um sistema de governança que envolve conselheiros, professores, funcionários, alunos, egressos e membros da sociedade civil organizada.

Da mesma forma que nos demais capítulos, em um texto claro e bem construído, constata o movimento de mercantilização da educação em ambos os modelos, o que favorece a competitividade e o ranqueamento entre programas e instituições. Entretanto, a autonomia e o sistema de governança aplicados à instituição canadense conduzem a resultados bastante distintos.

Por fim, o bloco composto pelos capítulos afinados pela temática da análise e revisão da avaliação da pós-graduação.

No capítulo intitulado “A avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil: características e contexto”, Elisa Maria Costa Pereira de S. Thiago (Capes) e Vanessa Oliveira Andreotti (*University of British Columbia*, Canadá) discutem a avaliação e os rumos da educação superior a partir de suas experiências – a primeira atua nos processos de avaliação coordenados pela Capes e a segunda pesquisa questões de desigualdade e mudança global.

A análise guia-se pela observação de países tidos como modelos com a finalidade de evitar equívocos ali ocorridos e possibilitar que a educação superior brasileira, incluindo a pós-graduação, desenvolva-se precipuamente para a resolução de problemas de sua sociedade e para o bem-estar social de sua população.

Reiterando a tendência estruturante do livro, o estudo aborda a transformação da educação em produto, citando como diversas publicações, desde o ano de 2005, trataram o avanço da influência de instituições supranacionais, como o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, sobre governos a fim de implementar políticas que tratam a educação como bem privado. Nesse contexto, as autoras destacam a premência de maior autonomia do ensino superior brasileiro, sobretudo por meio da avaliação da pós-graduação devido a seu papel indutor de que esta se reveste.

Finalmente, no capítulo “A inserção profissional de mestres e doutores”, por Thaís Almeida Pereira (Capes) e Célio da Cunha (UCB), discute-se a formação de pessoal qualificado no Brasil, considerando as contribuições da pós-graduação *stricto sensu* para a vida profissional dos egressos, analisando especificamente a inserção de mestres e doutores no mercado.

O sistema de avaliação coordenado pela Capes é novamente abordado constatando-se a prevalência da abordagem quantitativa, baseada em critérios de produtividade, no modelo adotado até a última avaliação quadrienal (2013-2016). A despeito da ênfase na produção intelectual vigente até então, os autores constatam, ainda, que a participação brasileira em redes de pesquisa internacionais é inexpressiva, com baixo impacto das publicações nacionais. Isso é agravado pela grande expansão da pós-graduação que se observou desde 2004, resultado de investimentos advindos dos planos nacionais, PNE e PNPG, notadamente quanto ao aumento de doutores, pois demonstra que tais pesquisadores não obtêm inserção e diálogo de seus trabalhos no meio acadêmico internacional.

Quanto ao conteúdo, a obra apresenta quadro interessante da educação superior no Brasil, comparando-a e situando-a relativamente a outros países. A temática da avaliação e da internacionalização balizam as discussões sem, no entanto, desembocar em redundâncias. Ao contrário: a diversidade de perspectivas resultantes do lugar de fala de cada pesquisador permitiu o diálogo e a identidade entre os capítulos compondo um todo harmonioso e desvelando aspectos específicos dos objetos de estudo observados até o ano de 2018.

Quanto à composição, em geral os textos são bem constituídos, porém percebe-se disparidade no nível de elaboração e coerência em alguns deles. Há falhas gráficas, alguns parágrafos truncados e falta uniformidade na estruturação dos capítulos. Embora possa dificultar a compreensão das ideias defendidas nos trechos em que ocorrem, tais deslizes não diminuem a pertinência e a seriedade do conteúdo apresentado.

Concordando com o Prof. Jamil Cury, a obra faz-se leitura necessária a docentes e pesquisadores atuantes na pós-graduação, sobretudo no momento de mudanças na avaliação deste nível de ensino, intensificado após a Avaliação Quadrienal 2017, pelas quais a Capes busca atender às indicações da comunidade acadêmica por uma apreciação mais qualitativa que quantitativa, cujas consequências poderão ser observadas e comparadas às que são analisadas na obra comentada.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Valdivina Alves (org.). **Políticas e avaliação da pós-graduação *stricto sensu***: da inserção social local à internacionalização. Brasília, DF: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2018. 171 p.

WELLER, Wivian. Compreendendo a operação denominada comparação. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 921-938, jul./set. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623665106>. Acesso em: 2019.